

Bolívia: militares, movimentos sociais e guerrilhas (1964-1971)

Luiz Bernardo Pericás

Com o golpe militar em 1964, começava um período sombrio na História recente da Bolívia, período este que pode ser caracterizado por enorme repressão militar e intensa atividade dos movimentos populares, e que teve como resultado o rápido esgotamento do modelo imposto pelos grupos dirigentes da nação, mesmo que esta culminância não tenha por todo acabado com os resquícios do autoritarismo, que mais tarde apareceria no cenário boliviano em diversas ocasiões. O governo do presidente Barrientos, que proclamava a “restauração” dos verdadeiros caminhos da revolução de 1952, em realidade mostrou-se pouco hábil ao lidar com a crescente onda de insatisfação de vários setores progressistas, como os estudantes, alguns partidos políticos de esquerda e mineiros. Opção preferencial da embaixada norte-americana, René Barrientos encabeçou a “contra-revolução” que veio a ser um momento trágico para a Bolívia. Em 1966, ratificando sua posição no poder, ao ser eleito presidente, Barrientos -que tinha como vice Siles Salinas-, conseguiu criar facções divergentes no próprio governo, e a repulsa de grande parte dos trabalhadores organizados, mas foi eficiente em destruir as possibilidades imediatas de resistência ao regime, sendo “bem-sucedido” em acabar com a guerrilha de Ñancahuazú, liderada por Che Guevara, além de anular os movimentos dos partidos de esquerda e as tentativas de protestos dos mineiros e estudantes.

Em realidade, a volta dos militares como protagonistas no cenário boliviano pode ser delineada desde o início da revolução de 1952, revolução esta que não foi capaz de ir a fundo nas mudanças necessárias à nação, e não mudou mais radicalmente as estruturas político-econômicas do país. Enquanto a reforma agrária de 1953 foi basicamente uma “jogada” para satisfazer os camponeses e mantê-los nas mãos do MNR, transformando o campesinato num grupo desunido, conservador e sem horizontes políticos mais amplos, os governos de Siles Zuazo e Paz Estenssoro contribuíram, por outro lado, por abrir a Bolívia aos interesses dos Estados

Unidos, recebendo empréstimos de bancos norte-americanos que resultavam em quantias gigantescas, enquanto a ingerência do “Colosso do Norte” se fazia presente também na própria condução do Estado boliviano. É interessante notar que em 1964, o embaixador norte-americano Douglas Henderson aparentemente apoiava a candidatura de Paz Estenssoro para a presidência, mas havia vetado o nome de Juan Lechín a vice. No lugar do sindicalista, entrava Barrientos, que em 4 de novembro, juntamente com Ovando Candia, dá o golpe “restaurador”. É claro, Henderson apoiou a ação de Barrientos, seu homem de confiança.

Apesar da polarização dentro do governo, com dois grupos antagônicos se formando aos poucos -Ovando, comandante-em-chefe das Forças Armadas, figura mais sóbria que o presidente, começou a mostrar-se insatisfeito com a atuação do mandatário-, Barrientos não teve problema em dirigir o país com “mão-de-ferro”. Ocorreu, assim, a destruição da Federação Sindical dos Trabalhadores da Bolívia, com a demissão de seis mil trabalhadores das minas, a repressão às greves em La Paz e em diversos distritos mineiros em 1965, a proclamação, por parte do governo, do Estado de Sítio, com a ocupação de várias minas, a convocação de reservistas para aumentar os efetivos do exército e a promulgação a Lei de Segurança do Estado. Em julho daquele mesmo ano, era assassinado o líder sindical César Lora. Ao mesmo tempo em que destruía o movimento operário, porém, o governo tentava construir um sindicato “amarelo”, farsesco, em seus próprios moldes, e que servisse a seus próprios interesses. Neste sentido, foi colocado como presidente da COMIBOL, Corporação Mineira da Bolívia, o coronel Lechín Suarez, tio paterno de Juan Lechín! O novo dirigente mineiro decretou o fim da “ditadura extremista” nas minas, enquanto Juan Lechín, naquele momento, se exilava no Paraguai. Apesar dos duros ataques governamentais, os trabalhadores, mesmo intimidados, mantiveram-se ligados aos partidos que diziam representá-los, como o POR e mais tarde o PC-ml. Uma das poucas “conquistas” da política barrientista nas minas foi, em realidade, o aumento da presença de padres anti-comunistas e a diminuição da propaganda esquerdista. Enquanto isso, foi aberto o mercado interno a empresas estrangeiras - especialmente norte-americanas-, com concessões, entre outras, às firmas International Mining and Processing Corporation e Philip Brothers, para processar e exportar os minérios produzidos nas minas Catavi e Matilde. Com isso, milhões de dólares foram canalizados para os Estados Unidos. Já em 1967, por exemplo, as empresas privadas na área de mineração controlavam 24% de toda a produção nacional.

Também no setor petrolífero, a Bolívia aceitou de bom grado a interferência de Washington, abrindo as portas para a Gulf Oil, que começou a produzir muito mais que a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, bloqueando as possibilidades de desenvolvimento da indústria no país. E no campo político, Barrientos buscou estreitar laços com os democratas-cristãos e com setores da FSB, Falange Socialista Boliviana, além de incrementar sua política “populista” para o campesinato.

Mas não é sem motivo que os militares tomaram o poder na Bolívia, tampouco é de se estranhar suas relações com os Estados Unidos e com os camponeses. Podemos traçar o processo que reergueu o exército boliviano e o tornou importante ator nas decisões políticas no país desde o início da revolução de 9 de abril de 1952. Quando a revolução triunfou naquele ano, várias medidas restritivas foram tomadas em relação às Forças Armadas bolivianas. Os quadros considerados politicamente contrários ao MNR foram afastados da ativa; o Colégio Militar, fechado; os conscritos receberam baixa; e oitenta por cento do efetivo desmobilizado. Apesar do repúdio dos trabalhadores, expressado em declarações da COB contra o exército, o MNR resolveu restabelecer as Forças Armadas em decreto de 24 de julho de 1953, com o intuito de recriar as instituições militares em novos moldes. Ao mesmo tempo, reforçava as milícias civis, que chegaram a ter, no primeiro período da revolução, 70 mil homens armados, em grande parte controlados por camponeses e mineiros. A COB, preocupada com os avanços do governo na recostituição das Forças Armadas, havia aprovado em 10 de junho, em caráter de urgência, a organização do “exército proletário”, incumbido de preservar a ordem revolucionária vigente e impedir o surgimento da contra-revolução. Juan Lechín seria o comandante-em-chefe deste exército “popular”, que teria como tática coordenar-se com as milícias operárias e camponesas. A preocupação “rosquera”, ou seja, o medo da contra-revolução, patente nestas atitudes dos trabalhadores, não impediu, porém, o restabelecimento dos efetivos regulares.

Para se ter uma idéia, também foi criada pelo governo de Paz Estenssoro, a Escola Nacional de Polícias. Os carabineiros da polícia receberam treinamento paramilitar e ganharam a incumbência de ter em sua jurisdição a força de detetives e o Serviço Nacional de Identificação. Em teoria, com essa política o governo tentava manter um equilíbrio de forças entre a polícia, o exército e as milícias, a fim de ter melhores instrumentos para salvaguardar a revolução. Mas isso, só em teoria. Um dos fatores primordiais para a mudança dessa situação, e o gradual

aumento do poder e da influência do exército dentro do país foram os acordos de cooperação militar firmados com os Estados Unidos em 1956. A partir desses acordos, as Forças Armadas da Bolívia começaram a fazer parte do sistema de defesa continental, encabeçado por Washington, tornando-se gradualmente mais forte e subordinado aos interesses norte-americanos. Seguindo as doutrinas e os programas “impostos” pelos Estados Unidos, o exército boliviano reproduziu em seu território as linhas de conduta “sugeridas” pelos norte-americanos, como a Ação Cívica e os programas de anti-insurreição. Posteriormente, com a ameaça “subversiva” de grupos inspirados pela Revolução Cubana em todo o hemisfério, o apoio dos Estados Unidos tornou-se ainda mais direto.

Temos que recordar também que as milícias camponesas e mineiras não estavam atreladas ao poder central durante o período revolucionário. Com relativa autonomia, elas respondiam basicamente aos seus líderes locais e a algumas lideranças de expressão nacional, como Juan Lechín, no caso dos mineiros, uma vez que estes não apoiavam Paz Estessoro. Em atitudes como esta o governo de La Paz via mais desculpas para fortalecer os militares. A diferença entre as milícias e o exército, assim, começou a ser vista também em termos de armamentos. Até o final da década de 1950, as Forças Armadas possuíam material bélico obsoleto, principalmente o utilizado na Guerra do Chaco, nos anos 1930. Com os acordos militares com os Estados Unidos, receberam armamentos mais modernos e treinamento para oficiais no Panamá. Em 1959, por exemplo, chegava a primeira remessa de equipamentos para as companhias de infantaria que cumpriam funções de segurança *interna*. O que podemos notar, pois, é o refortalecimento das Forças Armadas da Bolívia em escala progressiva durante e após o período revolucionário, e o gradual enfraquecimento das milícias civis.

O governo do MNR, assim, começa a se apoiar nos militares como aliados frente à oposição de setores mais radicais, como o de Lechín, por exemplo, tendo como resultado um aumento do poder no exército no campo político. Programas como a “Ação Cívica” foram primordiais para a afirmação dos militares da Bolívia como novos protagonistas no cenário político nacional. Esses programas eram voltados basicamente ao assistencialismo às camadas pobres indígenas que viviam no campo, criando a possibilidade de um pacto “militar-camponês” que viria a ser um dos sustentáculos do futuro governo do general Barrientos e viabilizando o afastamento das Forças Armadas da esfera do MNR, permitindo às mesmas uma atuação

independente. Um dos principais antecedentes do pacto “militar-camponês” foi o chamado “Pacto anti-comunista militar-camponês”, de 11 de abril de 1963, em Ucareña. Este compromisso se deu entre a cúpula militar movimentista e dirigentes camponeses, com o objetivo não só de defender a “revolução” e a candidatura de Paz Estenssoro e René Barrientos, como também apoiar o secretário-executivo do Comitê Político Nacional do MNR, Eduardo Rivas, e se opôr às “doutrinas radicais”. O exército boliviano, assim, que havia se reorganizado pequeno e fraco, foi ganhando força e poderio bélico relativo no decorrer dos anos, e passou a ser o árbitro político do país, obtendo mais tarde suficientemente poder para se tornar hegemônico e ganhar destaque no papel de pressionar as decisões governamentais e depois tomar o poder.

Com o país nas mãos dos militares, a partir de 4 de novembro de 1964, o governo Barrientos teve como objetivo aumentar sua influência sobre o campesinato indígena, ao mesmo tempo que estrangulava o setor mineiro, potencialmente o mais revolucionário da nação. Nas áreas rurais, Barrientos incrementou a construção de escolas, pequenas estradas e postos de saúde, de maneira a estreitar os laços com os indígenas, muitas vezes afastados da vida política da Bolívia e desprezados pelas camadas médias urbanas. Por outro lado, o governo reprimiu intensamente os mineiros. Além de todas as medidas que já citamos, ainda podemos assinalar a anulação do *Control Obrero*, um dispositivo do decreto de nacionalização das minas que dava direito aos líderes sindicais de vetar decisões concernentes a fatores administrativos. Para completar esse painel, o pagamento dos trabalhadores foi cortado pela metade -aproximadamente oitenta centavos de dólar ao dia-, e a força de trabalho da Comibol foi reduzida em dez por cento. Quaisquer tentativas de resistência eram reprimidas de forma violenta pelo governo militar.

É nesse contexto que Che Guevara chega à Bolívia. No dia 3 de novembro de 1966, o revolucionário argentino entrava no país, semi-calvo, de óculos e sem barba, utilizando um passaporte falso uruguaio com o nome de Adolfo Mena González, enviado especial da OEA, com o objetivo de fazer estudos e levantamentos acerca da situação econômico-social no interior boliviano. Guevara organizaria um grupo guerrilheiro que começaria a atuar militarmente em março de 1967, com a intenção principal de treinar colunas de combatentes internacionalistas que mais tarde “saltariam” para os países vizinhos e iniciariam a revolução continental. Mas sua tentativa de criar “um, dois, três, muitos Vietnãs” acabou por ser um fracasso. Isolado nas selvas bolivianas com outros guerrilheiros, Guevara foi capturado e assassinado naquele ano. Apesar de

ter objetivos continentais, e de se considerar a Bolívia basicamente um local de treinamento -para o dirigente do governo cubano o país só veria a luta revolucionária mais tarde, quando a revolução já tivesse triunfado em outros países-, as presenças de Guevara e do ELN, Exército de Libertação Nacional tiveram grandes consequências no cenário interno da “filha favorita de Bolívar” e influenciaram de forma decisiva os movimentos sociais daquela nação.

Apesar de ter ficado praticamente isolado na região de Ñancahuazú, Guevara recebeu o apoio de mineiros, estudantes e alguns partidos políticos, mesmo que este apoio muitas vezes não chegasse a se concretizar em ações efetivas e ficasse basicamente no nível das intenções. Neste sentido, o governo de Barrientos foi capaz de neutralizar todas as atividades que pudessem aproximar os setores progressistas bolivianos do ELN.

As manifestações dos mineiros vinham crescendo desde 6 de junho de 1967, data em que o presidente decretou o Estado de Sítio, após os trabalhadores terem manifestado apoio aos guerrilheiros. Uma grande marcha em Oruro, poucos dias após o ato governamental, mostrou a capacidade de mobilização do proletariado, que desde 19 de abril -quando a assembléia geral em Catavi decidira exigir a restituição salarial e readmissão dos demitidos daquele ano-, não fazia uma movimentação tão importante. Mas o regime acabou de vez com as atividades “subversivas” dos mineiros com um massacre que ficou conhecido como “a noite de São João”.

Preparava-se uma grande assembléia para o dia 24 de junho de 1967, que coincidiria com as festividades juninas. Muitos partidos de esquerda se reuniram nas minas Siglo XX, antes o mais importante centro do grupo Patiño Mines, na província de Bustillo. As minas possuíam cerca de cinco mil trabalhadores e eram consideradas como um dos locais não apenas economicamente mais significativos como também o que possuía os dirigentes mais politizados e combativos da Bolívia. As principais lideranças sindicais mineiras da Siglo XX, após constantes ataques ao governo Barrientos, resolveram transformar a área em “território livre”, enquanto as rádios mineiras propagandeavam apoio aos guerrilheiros. A noite do encontro seria o momento ideal, na visão do governo, para investir sobre os trabalhadores e acabar com a “ameaça subversiva”. Com os mineiros dormindo de madrugada, após beber e festejar, seria mais fácil a invasão do acampamento pelas tropas do exército.

Aparentemente ocorreu uma reunião na Embaixada dos Estados Unidos, da qual participaram o presidente Barrientos, o coronel Lechín Suárez, presidente da Comibol, e John H.

Corr, oficial da CIA. Corr teria informado que estava-se preparando um plano para derrubar o governo nas minas Catavi, Huanuni e Siglo XX, entregando em seguida uma lista com os nomes de vinte trabalhadores que supostamente já estavam preparados para ingressar nas guerrilhas. Estes mineiros deveriam, conseqüentemente, ser eliminados. Assim, entre as quatro e cinco horas da madrugada do dia 24 de junho de 1967, soldados das tropas *rangers* e policiais mineiros invadiram os distritos de Catavi e Siglo XX atirando e assassinando, de acordo com os números oficiais da época, 16 pessoas, deixando 71 feridos. Mais tarde veio a público que em realidade 87 pessoas haviam perdido a vida na ação militar, incluindo-se aí mulheres e crianças. O exército ocupou a Praça do Mineiro, a sede sindical e a rádio *La Voz del Minero*. A partir daí, as áreas de Catavi e Siglo XX foram proclamadas “zonas militares”. Os mineiros, que antes haviam comunicado seu apoio a Guevara, arrecadando dinheiro, alimentos, munições e armas, e que haviam se mostrado dispostos a lutar no ELN, acabavam sendo impossibilitados pelo regime de atuar com maior autonomia e de dar um apoio mais efetivo aos combatentes internacionalistas a partir daquele momento.

Logo após o massacre da “noite de São João”, os estudantes universitários proclamaram as universidades “território livre”, primeiramente em La Paz, e depois em Oruro, Potosí, Santa Cruz, Cochabamba, Tarija, Sucre e Trinidad. Na UMSA, Universidad Mayor de Santo Andrés, em La Paz, foram feitas coletas de dinheiro, para que fossem comprados alimentos e medicamentos aos mineiros que haviam apoiado a guerrilha. Passeatas em diversas cidades contra o governo e em favor do ELN foram um marco deste período das chamadas “revoluções universitárias”. Muitos dos estudantes que participaram das passeatas e protestos mais tarde iriam ingressar no novo ELN boliviano que combateria o exército em Teoponte alguns anos depois.

Os partidos políticos tiveram uma posição desconfortável em relação aos guerrilheiros. Tanto Juan Lechín como Guillermo Lora consideravam Siles Zuazo e Paz Estenssoro como os “traidores” da revolução de 1952, e inicialmente não interpretaram o “golpe restaurador” de Barrientos como um grande mal à nação, já que os “inimigos do povo” seriam os dois ex-presidentes da Bolívia. Com o tempo, porém, a situação se mostrou clara e estes dirigentes políticos acabaram por se colocar inteiramente contra o regime. Mas tanto o Prin de Lechín, como o POR de Lora, não foram capazes de dar uma ajuda substancial ao ELN. O Prin soltou

comunicados e documentos em apoio a Guevara, mas nada mais do que isso. Lechín, em reunião com Fidel Castro em Cuba, havia se comprometido a encontrar o revolucionário argentino em algum lugar da fronteira boliviana, mas após os inícios dos combates, não conseguiu ter sucesso em se entrevistar com o Che. Quando tentou atravessar a divisa do Chile com seu país, utilizando passaporte falsificado, foi preso e mais tarde exilado. Já o POR, apesar de também apoiar verbalmente o ELN, sempre insistia que os métodos utilizados pelo grupo eram contrários ao que o partido acreditava. Para os trotskistas bolivianos, era seu agrupamento que deveria liderar a revolução no país. O caso do PC-ml de Oscar Zamora também é parecido. O Che havia conversado com Zamora alguns anos, quando este ainda fazia parte do Partido Comunista, e aparentemente havia gostado do dirigente maoísta. Mas à época da guerrilha de Ñancahuazú, Zamora manteve-se distante e não colaborou em nenhuma circunstância com Guevara. Os poucos guerrilheiros de seu partido que lutaram junto ao Che, como o dirigente mineiro Moisés Guevara, por exemplo, eram dissidentes. Oscar Zamora também achava que a revolução na Bolívia deveria ser liderada somente por seu partido. E finalmente o Partido Comunista, pró-soviético, liderado por Mário Monje, que até hoje é acusado de ter sido o principal responsável pelo fracasso de Guevara na Bolívia. Desde o triunfo da revolução cubana, o PC se manifestara a favor da ilha de Fidel e da revolução continental. Mas os planos do Che, muitas vezes pouco claros para os comunistas bolivianos, fizeram com que estes comesçassem a ter suspeitas das verdadeiras intenções dos cubanos na região, principalmente depois de ficarem sabendo que Régis Debray estava a fazer viagens de levantamento sócio-político em diversas regiões do país às costas do partido. Debray, na época, era considerado pró-maoísta, o que desagradava os comunistas pró-soviéticos. Em conversa com Guevara em Ñancahuazú, Monje insistiu que seu partido deveria liderar a revolução enquanto esta fosse feita no território boliviano. Com a recusa do Che, que afirmara que o único chefe ali era ele, já que tinha mais experiência militar, o PC deixava de vez a aliança com o ELN. Guevara, assim, ficava isolado nas selvas do sul da Bolívia.

O exército boliviano não tinha condições nem materiais nem técnicas para fazer frente aos revolucionários. Com equipamentos antigos e obsoletos, e pouco preparo de luta contra guerrilhas, as Forças Armadas se viram numa situação desagradável, principalmente após algumas vitórias do ELN no campo de combate. Com a chegada de instrutores militares norte-americanos, foram treinados aproximadamente 650 *rangers*, que, com material bélico moderno e

técnicas de luta na selvas foram capazes de, aos poucos, cercar e destruir o foco guerrilheiro. As IV e VIII Divisões do exército boliviano foram fechando o cerco, enquanto os guerrilheiros pereciam em combates ou por descuidos, e outros passavam fome ou estavam doentes. No dia 8 de outubro, Che Guevara é capturado, e no dia 9 de outubro de 1967 é assassinado. Durante todo o período da guerrilha, o Che não conseguiu convencer os camponeses a se unir a seu grupo, ficando isolado dos outros atores que poderiam apoiá-lo de forma efetiva naquele momento.

O sucesso de Barrientos ao derrotar as guerrilhas consolidou sua posição no seu papel de chefe de Estado e o prestígio do círculo que o apoiava, mas por outro lado reforçou também o grupo ligado ao general Ovando Candia, de tendências nacionalistas e antiimperialistas. Ao se esclarecerem as linhas desses dois grupos dentro das Forças Armadas, foram criadas por Barrientos as Furmod, Fuerzas Unidas para la Represión y el Mantenimiento del Orden y Desarrollo, uma espécie de “exército pessoal”, além de se reforçar o CITE, Centro de Instrução de Tropas Especiais, uma brigada de pára-quedistas de elite que tinha seu quartel-general na cidade natal do presidente. Enquanto que durante o período de atividade das guerrilhas houve uma união dos diversos setores do exército, a destruição das mesmas propiciou o início de fricções dentro do governo. A criação das Furmod é mostra explícita da pouca sustentação e apoio que possuía Barrientos dentro das Forças Armadas. Os grupos de Ovando Candia, e depois de Juan José Torres, viriam a ter mais importância e encabeçariam os governos subsequentes, após o desaparecimento de Barrientos em 1969, em contraposição a militares da linha barrientista, como os generais Miranda, Banzer e Ayoroa.

O general Ovando era a figura mais identificável com o regime de 1964-1969, e o que mais poderia ser associado com a vitória contra a guerrilha de Guevara. No dia do golpe -início de seu governo-, foi divulgado um comunicado das Forças Armadas redigido por Torres e assinado por elementos do alto escalão militar, como os generais Rogelio Miranda, David La Fuente e o almirante Alberto Albarracín. O *Mandato Revolucionário das Forças Armadas da Nação*, mesmo demonstrando interesse em continuar a luta contra a insurgência guerrilheira, assumiu um tom mais “esquerdista”, o que desagradou o próprio Ovando, que, apesar disso, aceitou o texto, já considerado como a linha ideológica do novo governo. Cercado de especialistas e tecnocratas, Ovando começou um processo de nacionalização do petróleo, com a expropriação da representação da Gulf Oil, apenas quinze dias após sua subida ao poder. Durante

o curto período de seu governo, podemos notar a crescente influência de Torres, então comandante-em-chefe as Forças Armadas, e sua intensa atividade como liderança “alternativa”, o que começa a preocupar o grupo associado ao presidente. Militares de linha dura, sentindo a força de Torres e suas idéias mais “pregressistas”, conseguem convencer o chefe de governo a abolir o cargo de comandante-em-chefe das Forças Armadas, nomeando o general Miranda como responsável pelas armas do país, na qualidade de chefe do exército. O regime encaminhava-se para a direita, fechando jornais, investigando com pouco esmero assassinatos políticos, e permitindo a invasão da Universidade Gabriel René Moreno pela FSB. O mais importante evento desse período, porém, foi a guerrilha de Teoponte.

Em 1970 teve início a nova campanha guerrilheira do ELN, em Teoponte, encabeçada por Osvaldo “Chato” Peredo, que retornava do Chile para dar seguimento ao projeto dos irmãos Coco e Inti, ambos importantes líderes do grupo de Guevara e ambos assassinados pelo exército boliviano. O “novo” ELN diferenciava-se de seu primeiro momento: enquanto antes contava com respaldo cubano e seu objetivo era primordialmente utilizar a Bolívia como base para iniciar a revolução continental, agora o Exército de Libertação Nacional -ainda com caráter internacionalista-, ambicionava como objetivo principal a luta armada para a derrubada do poder na Bolívia e a deflagração da revolução socialista no país. Diferentemente do grupo de Ñancahuazú, o “novo” ELN não possuía elementos cubanos, nem soldados experientes militarmente. Os voluntários eram basicamente estudantes e profissionais liberais, sendo vários deles argentinos, brasileiros, chilenos e peruanos. Mas essa guerrilha, com apenas 75 homens, foi rapidamente destruída pelo exército. Os eventos de Teoponte, porém, em vez de fortalecerem Ovando com mais uma vitória, espelharam a situação sócio-política do país, e começou-se a pensar em uma substituição, não somente a partir dos círculos militares locais, como também nos Estados Unidos. Tudo isso propiciou o malfadado golpe de Miranda, que tomou o poder no dia 4 de outubro de 1970, recebendo apoio de tropas comandadas por Hugo Banzer, que rapidamente cercaram La Paz. Sem conseguir respaldo de outras guarnições, porém, Miranda se viu isolado e teve que capitular. Ovando, que obtivera o apoio da direita, contudo, mostrava que não estava em boa posição para continuar governando. A divisão do exército e a sugestão de criação de uma junta para governar o país, desencadearam protestos populares que levaram a uma greve geral e ao contragolpe do general Juan José Torres no dia 7 do mesmo mês. De outubro de 1970 a

agosto de 1971, Torres demonstraria ser, de acordo com alguns estudiosos, um dos presidentes mais radicais e mais ligados à esquerda da História recente da Bolívia, fazendo com que houvesse uma “abertura democrática” no país.

Apesar dos objetivos do governo Torres terem sido basicamente os mesmos de Ovando, o novo mandatário se empenhou em conseguir um controle maior nas empresas produtivas, com maior participação do Estado na economia, aceitando inclusive ajuda financeira da União Soviética. Seu governo semi-bonapartista foi, de certa forma, uma tentativa de “independência” dos desígnios norte-americanos e portanto, antiimperialista. O presidente tinha a intenção de “substituir” a esquerda pelo *torrismo* durante seu governo, mas não conseguiu se impôr o suficiente para lograr sucesso em seu intento. Mesmo assim, foi considerado como um “empate” entre o exército e a classe operária. Torres até mesmo chegou a aventar a possibilidade de distribuir armas às milícias mineiras e foi o responsável -mesmo recebendo a forte oposição de setores do exército-, pela libertação de Régis Debray e pela criação da Assembléia Popular. E foi a agitação social gerada pela própria Assembléia Popular, que não respaldava o poder de Torres e ao mesmo tempo preocupava a direita, que propiciou o golpe de Banzer em agosto de 1971, fechando esse período da História boliviana e no qual a influência do ELN de Guevara ainda podia ser diretamente sentida no plano de política de governo.